

NOVO
ACORDO
ORTOGRÁFICO
DA LÍNGUA
PORTUGUESA

INCM APP



Orthographia (ôr-tu-ghra-fi-a),
s.f. a parte da grammatica que
ensina as regras da boa escripta das
palavras; arte de escrever com os
caracteres e signaes consagrados
pelo uso. // Maneira de escrever as
palavras: *Orthographia viciosa*. (...)
// *Orthographia etymologica*, o modo
de escrever as palavras com as lettras
fundamentaes que ellas tinham na
lingua mãe. // *Orthographia sonica*,
o modo de escrever as palavras
empregando só as lettras que
correspondem aos sons.

Ortografia s.f. (1540 cf. JBarG)

1 ORTG conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correcta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tónicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintácticas da língua e motivados por tais funções etc. **1.1** ORTG o estudo dessas regras **2** ORTG o m.q. GRAFIA ('representação') (...) • **o. etimológica** ORTG aquela que conserva letras próprias da língua da qual se origina a palavra • **o. fonética** ORTG aquela que procura manter uma correspondência dois a dois entre as letras e os sons das palavras; ortografia sónica. **o. mista** ORTG aquela que mistura os critérios da ortografia etimológica com os da ortografia fonética.

7	Apresentação
11	Introdução
14	História da ortografia portuguesa
	Regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
18	1. Alfabeto e nomes estrangeiros (<i>novo</i>)
22	2. H
23	3. Consoantes com o mesmo som
26	4. Sequências de consoantes (<i>novo</i>)
32	5. Vogais com o mesmo som, que não são sílaba tónica
34	6. Vogais nasais
35	7. Duas vogais, uma sílaba
38	8. Acento na última sílaba
40	9. Acento na penúltima sílaba (<i>novo</i>)
46	10. Acento em I e U, sílaba tónica
48	11. Acento na antepenúltima sílaba
49	12. Acento grave
49	13. Sem acento
50	14. Trema
51	15. Hífen a unir palavras (<i>novo</i>)
54	16. Hífen no interior de palavras (<i>novo</i>)
57	17. Hífen em verbos (<i>novo</i>)
58	18. Apóstrofo
60	19. Tipo de letra (<i>novo</i>)
63	20. Divisão em sílabas
65	21. Assinaturas e designações registadas
68	Texto integral do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
116	Nota Explicativa do Acordo Ortográfico
143	Bibliografia

O novo acordo ortográfico, celebrado no âmbito dos países que compõem a CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa e que terá influência sobre uma comunidade linguística com mais de 220 milhões de falantes, deverá constituir um instrumento de afirmação da língua no plano internacional e um facilitador da aproximação de culturas que, não o sendo, parecem às vezes distantes e desligadas entre si.

A iniciativa de publicação da 2.^a edição do *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* em parceria com o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* tem, também, subjacente um princípio de cidadania. Neste caso, trata-se de tornar disponível a um maior número de pessoas, utilizando para esse efeito um circuito de distribuição complementar ao mercado livreiro, o texto completo do acordo ortográfico publicado em *Diário da República*, aqui devidamente explicado pela Associação dos Professores de Português (APP), que, para o efeito, colocou todas as suas competências na tarefa de melhor dar a compreender o documento e as suas implicações.

Desta obra foi feita uma 1.^a edição para venda em livraria no final do ano de 2009, edição que se encontra ainda disponível e pode ser encontrada no retalho livreiro tradicional.

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda salienta a importância desta parceria com a APP – Associação de Professores de Português e, na pessoa do Professor Paulo Feytor Pinto, seu presidente, felicita a associação pelo resultado final do trabalho, o qual cumpriu integralmente o único pedido feito pela INCM, que foi o de que o texto explicativo fosse claro e acessível.

O livro que tem nas suas mãos foi pensado para ser compreensível por qualquer cidadão português.

Por outro lado, qualquer cidadão de outra nacionalidade que tenha interesse pelo estudo da língua e cultura portuguesas tem, nesta publicação, uma excelente ferramenta de trabalho.

Uma das grandes vicissitudes do mercado livreiro tem a ver com o facto de nem sempre as obras chegarem de forma adequada aos seus destinatários. Neste caso, o alargamento da base de divulgação do *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* através da parceria com a Controlinveste, sociedade proprietária do DN e do JN e um dos grupos de comunicação social de referência, constitui uma verdadeira iniciativa de serviço público. A INCM e a APP esperam, assim, contribuir para uma maior divulgação de um texto que, independentemente das polémicas que o rodeiam, deverá ter, nos próximos anos, uma importância crítica na formação e na educação dos portugueses, sobretudo para as próximas gerações, quando o mesmo integrar os currículos escolares, o que deverá acontecer muito em breve.

Por razões de cidadania, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda quer chegar a um público mais largo que aquele a que tem chegado nos últimos anos. Assim, este meio de distribuição, a banca de jornal, irá merecer a nossa atenção em projectos futuros que brevemente anunciaremos.

Esperamos continuar esta forma de divulgação dos livros por nós editados e desse modo cumprir os objectivos de serviço público de que o Estado, no plano livreiro, incumbiu a INCM: produzir obras que tenham relevante interesse cultural e contribuam de forma decisiva para o reforço da cidadania.

Estêvão de Moura

Presidente do Conselho de Administração da INCM

Neste livro apresentam-se todas as regras da ortografia em vigor em Portugal segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990. Tal significa que inclui as regras que constituem novidade e que, por isso, estão devidamente assinaladas a vermelho, mas também as regras que se mantêm inalteradas.

Além disso, diante da possibilidade de dupla grafia no conjunto dos países de língua oficial portuguesa, apresenta-se aqui a ortografia a utilizar em Portugal, em contextos formais, de acordo com a pronúncia da norma culta do português europeu, baseada no dialeto de entre-Lisboa-e-Coimbra, de acordo com o dicionário da Academia das Ciências de Lisboa.

A nova ortografia introduz novidades em apenas três áreas fundamentais: a utilização do C e do P em certas sequências de consoantes; a utilização do hífen; e a (não) colocação de acento em algumas palavras acentuadas na penúltima sílaba. Há ainda duas alterações com menor impacto: a utilização de minúsculas nas designações de dias da semana, meses, pontos cardeais e estações do ano, e a introdução das letras K, W e Y no alfabeto mantendo-se, porém, as regras de utilização anteriormente em vigor. Como o texto regulador não esclarece todos os detalhes da aplicação das novas regras é fundamental a adoção de um vocabulário, há muito prevista e aguardada.

Assim, o livro divide-se em cinco partes distintas que no seu conjunto permitem leituras com diferentes níveis de profundidade consoante as necessidades de quem o consulta. Na «História» são referidas as principais configurações e alterações da ortografia portuguesa ao longo do tempo, com destaque para o último século. Nas «Regras» são

apresentados conjuntos de palavras que, pela exemplificação, dão a conhecer implicitamente as regras ortográficas. Estas regras são depois explicitadas no «Texto integral». Este texto, bem como a «Nota explicativa» que se lhe segue, são anexos do diploma legal que constitui a aprovação oficial portuguesa da nova ortografia, pela Assembleia da República. Para facilitar o acesso ao seu conteúdo são apresentadas definições sucintas dos termos linguísticos aí utilizados e que serão de conhecimento restrito. Também para facilitar a leitura destas três partes são feitas remissões para os aspetos de cada uma que se relacionam entre si. Por fim, é apresentada uma breve «Bibliografia» constituída em torno de três tópicos: o que é a escrita e a ortografia; a história da ortografia portuguesa; e o ensino da ortografia.

História da Ortografia Portuguesa

A língua portuguesa, com registos escritos conhecidos desde finais do século XII e uso legal generalizado desde o início do século XIV, não teve uma ortografia consolidada até ao século XVI.

No início do século XVIII surgiram as primeiras propostas de alteração da ortografia pseudo-etimológica, retomadas posteriormente por Luís António Verney, Marquês de Pombal e Almeida Garrett, entre muitos outros.

Em finais do século XIX iniciou-se o processo que levaria à aprovação da primeira ortografia oficial, em 1911, concretizada em Portugal, sem qualquer consulta ou colaboração de brasileiros. A última etapa deste processo foi desencadeada em dezembro de 1910, por Dias Coelho, então chefe do gabinete de revisão da Imprensa Nacional.

As principais alterações introduzidas em 1911 foram a supressão dos grupos RH (rhetorica), TH (theatro) e PH (pharmacia), a supressão de consoantes duplas (grammatica), a supressão de algumas consoantes mudas (prompto/pronto, hontem/ontem) e a introdução de um novo sistema de acentuação (retórica, farmácia, gramática).

Em 1911, as autoridades portuguesas resolveram um problema interno com cerca de 200 anos e criaram um problema internacional com quase 100 anos.

Ao longo do século XX, a reunificação ortográfica da língua foi tentada sete vezes, em 1931, 1943, 1945, 1971-73, 1975, 1986 e 1990.

A Academia das Ciências de Lisboa (ACL), que liderou a participação portuguesa nessas tentativas de reunificação, foi fundada em 1779. Ao contrário das suas congéneres francesa (1634) e espanhola (1713) e como o seu próprio nome indica, a ACL não se dedica exclusivamente à língua portuguesa nem